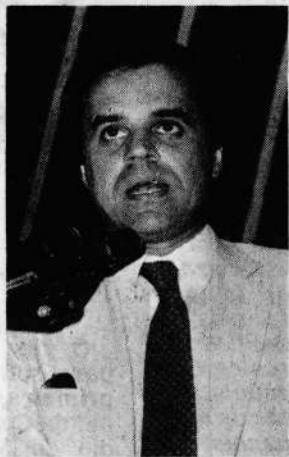


Henrique Alves



Filho do ministro da Administração, é um moderado bem votado que se prepara para disputar o governo do Estado em 1990

Henrique Eduardo Lyra Alves (PMDB-RN), 38 anos, foi reeleito com 90.884 votos para o quinto mandato federal consecutivo. Filho do ex-governador e atual ministro da Administração, Aluizio Alves, casado, dois filhos, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ele é o herdeiro político da oligarquia Alves. Tradicionalmente o mais votado do Estado, desta vez ele perdeu a primeira colocação para Wilma Maia, do PFL, esposa do senador Lavoisier Maia, um dos expoentes da oligarquia adversária.

Desde o advento da Nova República, os Alves, perseguidos pelo regime militar, vêm rapidamente retomando o espaço político no Estado. Em 84, eles elegeram prefeito de Natal. Garibaldi Alves Filho, sobrinho do ministro, que derrotou a candidatura de Wilma Maia. No último pleito eles foram novamente vitoriosos com o industrial Geraldo Mello, para o governo, ficando na vice-

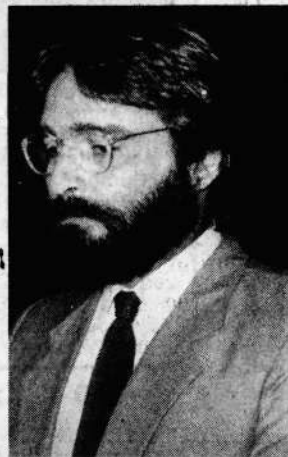
governança o Garibaldi Alves, pai do prefeito.

Além de Henrique Eduardo, que se prepara para disputar o governo em 1990, os Alves elegeram Ismael Wanderley, genro do ministro Aluizio Alves. Os Maia, além de Wilma, para a Câmara, ocupam duas cadeiras no Senado, com os ex-governadores Lavoisier Maia e José Agripino.

Moderado por convicção, integrou a articulação que levou Tancredo Neves à Presidência da República. Promete lutar de forma especial para garantir à Região Nordeste um percentual fixo no orçamento da União. Parlamentarista, acha que antes de se discutir a duração do mandato do presidente, é necessário definir um "calendário eleitoral" para o País.

E a favor do "endurecimento" na negociação da dívida, cita o ex-presidente Tancredo ("não podemos pagar a dívida com a fome do nosso povo"). Não se posiciona contra a legalização do aborto, mas acha que a medida, tomada de forma isolada, não teria eficácia.

Marcelo Cordeiro



Esquerda moderada, ex-líder estudantil defende posições nacionalistas e até estatizantes. Apóia o parlamentarismo

Marcelo Ribeiro Cordeiro (PMDB-BA), 41 anos, foi reeleito para o terceiro mandato federal com 37.665 votos. Casado, dois filhos, professor de História, ele começou a fazer política no movimento estudantil, tendo sido uma das vítimas do Decreto-lei 477, quando cursava o quarto ano de Direito.

Eleito vereador em Salvador pelo MDB em 1976, chegou à Câmara pela primeira vez em 1982, onde teve uma atuação de esquerda moderada, sustentando posições nacionalistas e estatizantes, e defendendo propostas de reformas no campo social. Foi coordenador da proposta do PMDB para o setor mineral e energético, tendo, inclusive, publicado sobre o tema diversos artigos na revista Ciência da Terra, da Sociedade Brasileira de Geologia. A exploração dos recursos minerais, que considera assunto de interesse nacional e estratégico, é uma de suas principais preocupações.

Cordeiro acha que o Governo está tomando o ca-

minho certo no que diz respeito à questão da dívida externa, que, em sua opinião, só deverá ser paga "quando o País puder fazê-lo". Para ele, a recente decisão de interromper o pagamento dos juros poderá provocar a legitimação do mandato de seis anos para o presidente Sarney.

Ele é favorável à adoção do parlamentarismo, mas acha que isso só será possível no bojo de um grande pacto. E entende que a reforma agrária, "fundamental para modernizar a economia rural e reduzir as diferenças sociais no campo", é um assunto para pós-transição.

Votarà pela legalização do aborto e pretende discutir de forma especial as relações de trabalho no Brasil, buscando promover uma revisão completa da estrutura sindical vigente, com vistas ao seu completo desatrelamento do Estado. Além disso, pretende questionar o conceito de propriedade hoje em vigor, que considera "anacrônico e ultrapassado".

Hermes Zaneti



Advogado e professor oriundo do movimento sindical, defende a reforma agrária até radical e soberania da Constituinte

Hermes Zaneti (PMDB-RS), 43 anos, advogado e professor, foi reeleito com 45.713 votos. Oriundo do movimento sindical, onde chegou a exercer a presidência da Confederação Nacional dos Professores, ele alinha-se aos setores de esquerda do partido, defendendo a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho, o amplo direito de greve para todas as categorias e a participação dos empregados na gestão das empresas.

Separado, três filhos, com eleitorado concentrado em Porto Alegre na região serrana do Rio Grande do Sul, defende o parlamentarismo e acha que o mandato presidencial deve ser fixado em quatro anos, sendo permitida a reeleição "não casuística". É favorável à suspensão do pagamento da dívida externa e à instalação de uma auditoria para investigar as suas origens: "Se houver saldo devedor, pagamos".

E contra a legalização

do aborto, considerando, porém, que deve ser dada à população o direito a ampla informação sobre os métodos anticoncepcionais, bem como assistência e meios para que possa fazer o controle da natalidade.

Partidário de uma reforma agrária radical, ele admite até a necessidade de desapropriação de latifúndios produtivos. Participa do movimento que pretende atribuir completa soberania à Constituinte.

— Podemos até chegar à conclusão de que não devemos modificar a Carta em vigor, mas para isso não precisamos pedir licença a ninguém — comenta.

Socialista, Zaneti está preparando duas propostas para apresentar à Constituinte: o direito de voto para os maiores de 16 anos e a realização de um plebiscito popular para definir a aprovação de todas as posições que não contarem com mais de três quintos dos votos.